



Linha Amarela S.A. - LAMSA  
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

### 1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Senhores acionistas, a Administração da LAMSA - Linha Amarela S.A. submete à apreciação do mercado e de seus acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhado do parecer dos auditores independentes.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2014 e todos os valores estão em R\$milhões, exceto quando indicado.

Tendo completado dezoito anos em 2015, a Linha Amarela se consolidou, na cidade do Rio de Janeiro, como um corredor de tráfego fundamental para o deslocamento de seus usuários, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela.

A Linha Amarela S.A. - LAMSA tem sua composição acionária formada exclusivamente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR. A Invepar é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes do Brasil e seu portfólio atual é composto por doze concessões distribuídas em seus três segmentos de atuação.

### 2. DESTAQUES DO ANO

O ano de 2015 foi um ano de superação de grandes desafios e importantes realizações para a LAMSA.

No que diz respeito às principais realizações podemos citar:

- Aumento da segurança viária com redução do número total de acidentes na via de 1171 em 2014 para 967 ocorrências em 2015 (queda de 17,4 %).
- Em cinco anos, a taxa de acidentes sobre VEP na Linha Amarela caiu 62,5% e o número absoluto de acidentes teve redução de 57,7%.
- Aumento da utilização das pistas automáticas (57,8% dos usuários), com crescimento de aproximadamente 3,5 pontos percentuais em relação a 2014, contribuindo para melhoria da fluidez na via e na Praça do Pedágio.
- Redução de 28,2% no percentual de evasão no pedágio, que caiu de 1,17% em 2014 para 0,84% em 2015, evitando uma perda de receita estimada em R\$1,1 milhão.

- Troca da cobertura da praça do pedágio, sinistrada por eventos climáticos, a reconstrução de parte da alça 4A de acesso ao Wall Mart, além do início do plano de Manutenção de longo prazo de obras de arte especiais.
- O retrofit nos prédios e instalações da Linha Amarela, trazendo melhorias das condições de trabalho dos colaboradores, reconstrução e ampliação dos vestiários, banheiros e refeitório, além de uma completa modernização em todas as demais instalações da empresa.

- Aumento do nível de satisfação dos clientes da Linha Amarela em 2015, medido em pesquisa realizada em novembro, com aprovação de 83 % dos usuários.

Outros destaques importantes foram as implantações do Novo Data Center e do Centro Integrado de Gestão Operacional e Segurança, incluindo o novo Centro de Gestão de Tráfego (antigo CCO - Centro de Controle Operacional) e um Centro de Controle de Segurança Patrimonial (antigo Monitoramento), que acoplados a uma equipada sala de Gestão de Crises, compõem um serviço mais qualificado a seus usuários, melhorando a operação e fluidez da via, além de proporcionar maior segurança dos recursos humanos e patrimoniais.

No âmbito financeiro destaca-se a distribuição de dividendos que totalizou R\$105,9 milhões, um aumento de 15,9% em relação ao ano de 2014.

### 3. CONTEXTO SETORIAL

O ano de 2015 foi um ano de desafios para a LAMSA, devido à conjuntura econômica desfavorável, somada às intervenções de obras da Prefeitura do Rio na Avenida Brasil (BRT Transbrasil) e no centro da cidade e pela aprovação de lei de isenção do pagamento duplo de pedágio no intervalo de duas horas a partir de 24 de setembro.

Para 2016, além dos fatos expostos acima, há expectativa de redução do público pagante na via em função da entrada em operação de novas vias alternativas que serão inauguradas neste ano, a exemplo da Transolímpica, ampliação do Joá e linha 4 do Metrô, adicionados aos desafios de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em agosto e setembro deste ano, no qual a via será um dos principais eixos de trânsito de delegações e atletas no período.

### 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Passaram pela praça de pedágio da Linha Amarela 50,9 milhões de veículos em 2015, representando uma retração de 1,5% em relação ao ano anterior, influenciado, principalmente, pela: (i) conjuntura econômica desfavorável; (ii) intervenções, pela Prefeitura do Rio, para obras na Avenida Brasil (projeto de implantação BRT Transbrasil) e no centro da cidade; e (iii) aprovação de lei de isenção do pagamento duplo de pedágio no intervalo de duas horas a partir de 24 de setembro.

### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. **Receita Operacional**  
A Receita Operacional Líquida Ajustada (ROL Ajustada) superou R\$272 milhões em 2015, representando um crescimento de R\$12 milhões ou 4,6% em relação ao exercício anterior, basicamente em função do aumento das tarifas de pedágio, passando a categoria básica de R\$5,50 para R\$5,90 em janeiro de 2015.

### 5.2. Custos e Despesas

Em 2015, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$118,9 milhões, incluindo R\$42,5 milhões de custo de construção (conforme práticas do IFRS). Para efeito de análise, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados não contemplam o custo de construção. Em relação ao ano anterior, houve decréscimo de R\$9,5 milhões em Custos e Despesas Operacionais Ajustados, tendo como principal justificativa as contabilizações da depreciação/amortização nos períodos, além de ajustes promovidos pela administração para minimizar o impacto da perda de receita.

### 5.3. EBITDA e Margem Bruta

O EBITDA considerando os efeitos do IFRS totalizou R\$194,7 milhões, um aumento de 3,7% em relação ao ano de 2014. O EBITDA Ajustado, líquido do efeito do IFRS, totalizou R\$194,4 milhões, com uma Margem EBITDA de 71,4%, resultando um crescimento de R\$6,6 milhões e redução de 0,8 p.p. da Margem EBITDA Ajustada em relação a 2014, tendo como principais justificativas as variações mencionadas nas rubricas de receita operacional e custos/despesas.

### 5.4. Resultado Financeiro

Em 2015, o resultado financeiro líquido totalizou R\$27,5 milhões de despesas líquidas, apresentando um crescimento de R\$5,8 milhões em relação a 2014, em função, basicamente, da captação de R\$50 milhões, ocorrida em ago/15, para financiamento de CAPEX.

### 5.5. Resultado do Exercício

Em 2015, o Resultado do Exercício totalizou R\$108,9 milhões, apresentando um crescimento de R\$13,1 milhões em relação a 2014, em função, basicamente, das variações mencionadas nas rubricas de receita operacional, custos/despesas, depreciação/amortização e resultado financeiro.

### 5.6. Disponibilidade e Endividamento

A Linha Amarela encerrou o exercício de 2015 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras no total de R\$9,5 milhões.

A dívida bruta da Linha Amarela no final do exercício de 2015 é de R\$424,2 milhões, representando um aumento de 8,8% em relação ao ano de 2014 para realização de novos investimentos.

### 5.7. Principais Investimentos

Em 2015, os investimentos totalizaram R\$50,6 milhões, com destaque para os reinvestimentos estruturais em obras de arte especiais da via, instalação de pórticos limitadores de altura, retrofit da sede administrativa, melhorias em túneis, modernização da praça de pedágio, CFTV (circuito fechado de TV) administrativo e viário, além da aquisição de softwares/equipamentos.

### 6. GESTÃO E ESTRATÉGIA

#### 6.1. Estratégia

Buscando ser referência na excelência dos serviços prestados, como uma empresa socialmente responsável e que utiliza tecnologia de ponta, a Linha Amarela adota as seguintes estratégias:

- Garantir o compromisso de todos quanto à integridade econômico-financeira da empresa, com ênfase na racionalização de custos;
- Garantir um alto padrão de qualidade nos serviços prestados;
- Aprimorar o modelo de gestão com foco em processos e pessoas;
- Fortalecer a imagem institucional da empresa;
- Adotar a responsabilidade socioambiental empresarial;
- Detectar e monitorar os riscos dos negócios.

#### 6.2. Ética e Transparência

A Linha Amarela mantém uma estrutura de processos e controles internos, que visa a prevenção de irregularidades, desvios e atos ilícitos. A Linha Amarela está alinhada com a nova versão do Código de Ética e Conduta do grupo INVEPAR, assim como suas Políticas de Gestão, Recursos Humanos, Socioambientais, dentre outras.

#### 6.3. Recursos Humanos

Em 2015, no campo de Recursos Humanos, a gestão destaca as seguintes realizações:

- Execução de projetos, tais como: realização de avaliação por competências, estudos para implantação do novo sistema de folha de pagamento e, reavaliação das políticas do Comitê de SMS – Saúde, Meio Ambiente e Segurança;
- Promoção de ações visando a redução do absenteísmo e os índices de acidente de trabalho;
- Continuidade na implementação do plano de ação para melhoria do clima organizacional, medido através de pesquisa de clima, a fim de elevar os resultados dos indicadores de satisfação dos colaboradores, medidos pela pesquisa de clima bianual, que mostraram uma elevação dos índices. Em 2013 o resultado de favorabilidade foi 55% e em 2015 cresceu para 64%. Atribuímos a melhoria deste indicador aos investimentos feitos para qualificação do corpo de gestores, nas melhorias dos processos internos, com investimentos em BPM (Business Process Management), na melhoria das instalações físicas, com o retrofit do prédio antigo e construção de um novo prédio.
- Redução de 6,97% na taxa de frequência dos índices de acidentes de trabalho na LAMSA de 2015 em relação a 2014, em função das práticas mais atuantes no acompanhamento e prevenção de acidentes. A criação do comitê de SMS do Grupo Invepar, contribuiu com alinhamentos muito claros, além da intensificação das campanhas educativas, inspeções e diálogos sempre com o foco voltado para a segurança e saúde no trabalho.

#### 6.4. Ferramentas de Gestão

- Em 2015, no campo de gestão, são destaques as seguintes realizações:
- Execução do Planejamento Estratégico para o período 2016-2020, com a implantação de inovações e monitoramento de riscos;
- Realização de importantes projetos, como: Gestão de Desempenho/KPIs e Mapeamento de Processos (BPM – Business Process Management), Projeto Consolidar, com a utilização da ferramenta ICG (Itens de Controles Gerenciais), além da continuidade dos projetos de responsabilidade socioambiental, UNIETHOS e auditoria, este último, objetivando aprimorar métodos de trabalho e controles internos;
- Continuidade do processo de qualificação e adequação do headcount da empresa para melhoria de performance, evitando crescimento de quadro e custos;
- Aprimoramento do controle de riscos para acompanhamento das ações preventivas e corretivas, que se integram ao atual Escritório de Qualidade dos Processos, que está sendo reestruturado para se tornar uma Assessoria de Gestão Corporativa;
- Implantação e customização, através de desenvolvimento de formulários/relatórios, da nova versão da ferramenta orçamentária SAP BPC;
- Continuidade da metodologia Orçamento Base Zero – OBZ, articulando e envolvendo as diversas áreas da empresa, possibilitando revisar todos os gastos da companhia, reconhecimento de gastos limiares e incrementais;
- Aprimoramento da comunicação interna, mantendo os colaboradores informados, motivados e atuantes, através da divulgação de projetos, campanhas, comunicados, posts, dentre outros, veiculados em nossas mídias corporativas;
- Posicionamento da LAMSA como uma empresa atuante na Responsabilidade Social Empresarial reforçando a comunicação junto aos diferentes públicos;
- Otimização do site da companhia para aproximar a LAMSA da sociedade, com foco especial nas ações de satisfação dos usuários;
- Planejamento e contratação da pesquisa anual de satisfação dos usuários para a LAMSA, CART, CLN e projeto Sinergia, com resultados consolidados para a Invepar;
- Representação da Invepar no Comitê de Comunicação da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias), sendo o porta voz do Grupo para reforçar a atuação do Grupo na associação.

### 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. **Relacionamento com Auditores Independentes**  
Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que os Auditores Independentes não realizaram nenhum outro serviço além do acima referido.

#### 7.2. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Linha Amarela declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

#### 7.3. Agradecimentos

Agradecemos a todos os colaboradores da Linha Amarela pela dedicação e empenho no desenvolvimento de suas atividades, à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, aos nossos Acionistas pela confiança na administração da companhia e a todas as instituições, prestadores de serviços e fornecedores que contribuíram para os resultados alcançados neste exercício. Rio de Janeiro, 30 de março de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida de serviços .....	16	272.228	260.156
Receita de construção .....	16	42.876	1.212
<b>RECEITA LÍQUIDA .....</b>		<b>315.104</b>	<b>261.368</b>
Custo dos serviços prestados .....	17	(61.034)	(65.265)
Custos de construção .....	17	(42.534)	(1.203)
<b>LUCRO BRUTO .....</b>		<b>211.536</b>	<b>194.900</b>
Despesas e receitas operacionais Gerais e administrativas .....	17	(23.473)	(29.064)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas .....	17	(153)	171
Total .....		(23.626)	(28.893)
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>			
Receitas financeiras .....	18	23.430	17.356
Despesas financeiras .....	18	(50.980)	(39.099)
Total .....		(27.550)	(21.743)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....</b>		<b>160.360</b>	<b>144.264</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes .....	7.d.	(50.843)	(48.767)
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	7.d.	(590)	335
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....</b>		<b>108.927</b>	<b>95.832</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais - R\$) .....	19	0,699	0,615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício .....	108.927	95.832
Outros resultados abrangentes .....	-	-
Resultado abrangente total do exercício .....	108.927	95.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social .....		160.360	144.264
Ajustes:			
Margem de construção .....		(342)	(9)
Depreciação e amortização .....		6.805	21.802
Prejuízo baixa de bens do imobilizado, intangível e investimento .....		260	56
Provisão para riscos .....		29	(10)
Provisões para devedores duvidosos .....		-	-
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas .....		29.472	22.552
Ajuste de operações de Hedge .....	22.g.	(2.766)	-
<b>(Aumento) Redução nos Ativos Operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes .....	6	(890)	(1.073)
Impostos correntes a recuperar .....	7.a.	-	5.322
Despesa antecipada .....		(321)	(762)
Indenização de seguros .....		(4.256)	(2.415)
Partes relacionadas .....	9	523	(2.165)
Outros créditos .....		364	(243)
<b>(Aumento) Redução nos Passivos Operacionais:</b>			
Fornecedores .....		1.369	(753)
Impostos, taxas e contribuições .....		(4.059)	(13.458)
Imposto de renda e contribuição social pagos .....		(48.129)	(29.301)
Obrigações trabalhistas .....		(229)	101
Outras obrigações .....		-	(717)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais .....		138.190	143.191

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicação Financeira .....		4.367	6.904
Recebimento de principal sobre debêntures .....	9	7.494	-
Recebimento de juros sobre debêntures .....	9	17.855	-
Aquisição de imobilizado .....	10	(7.457)	(14.466)
Aquisição de intangível .....	11	(40.819)	(4.582)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento .....		(18.560)	(12.144)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Captação de empréstimos e financiamentos .....	12	49.500	-
Pagamento de debêntures .....	13	(18.798)	-
Pagamento de juros sobre debêntures .....	13	(44.800)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos .....		-	(38.961)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pago .....	15.c.	(104.892)	(90.701)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento .....		(118.990)	(129.662)
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....</b>		<b>640</b>	<b>1.385</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa .....		5.524	4.139
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa .....		6.164	5.524
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....</b>		<b>640</b>	<b>1.385</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas .....		339.439	283.986
Prestação de serviço .....	16	298.366	285.003
Receita de construção .....	16	42.876	1.212
Provisão para devores duvidosos .....		(1.833)	(2.400)
Outras receitas .....		30	171
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) .....		(84.152)	(42.306)
Custos de serviços prestados .....		(23.073)	(21.339)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros .....		(18.240)	(19.303)
Perda de valores ativos .....		-	(461)
Custo de construção .....	17	(42.534)	(1.203)
Outros .....		(305)	-
Valor adicionado bruto .....		255.287	241.680
Retenções .....	10 e 11	(6.805)	(21.802)
Depreciação e amortização .....		(6.805)	(21.802)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade .....		248.482	219.878
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras .....	18	23.430	17.356
Valor adicionado total a distribuir .....		271.912	237.234
Distribuição do valor adicionado .....		271.912	237.234
Pessoal e encargos .....		28.265	28.886
Remuneração direta .....		21.484	17.545
Benefícios .....		5.571	4.870
FGTS .....		1.174	1.458
Outros .....		36	13
Impostos, taxas e contribuições .....		83.191	78.163
Federais .....		67.468	63.246
Municipais .....		15.248	14.445
Estaduais .....		475	472
Remuneração capital de terceiros .....		51.529	39.353
Juros .....		48.300	39.047
Aluguéis .....		681	306
Outros .....		2.548	-
Remuneração de capital próprio .....		108.927	95.832
Lucros retidos .....		53.042	50.010
Dividendos .....		55.885	45.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2015	31/12/2014
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	4	6.164	5.524	Fornecedores .....		4.181	830
Aplicação financeira .....	5	3.370	5.693	Empréstimos e financiamentos .....	12	11.701	-
Contas a receber .....	6	13.101	12.211	Debêntures .....	13	32.227	22.064
Debêntures .....	9	12.848	8.734	Impostos, taxas e contribuições a recolher ..	7.a.	18.163	18.506
Partes relacionadas .....	9	5.231	5.716	Obrigações trabalhistas .....		5.425	5.654
Despesas antecipadas .....		2.203	1.882	Partes relacionadas .....	9	1.249	1.211



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
(Em milhares de reais - R\$)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA" ou "Companhia"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi constituída sob forma de sociedade por ações de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de "sociedade por ações", com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em dezembro de 2037 conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010. A LAMSA é controlada pela Investimento e Participação em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detem a totalidade do capital da Companhia. Na operação da LAMSA não há o efeito de sazonalidade devido à característica da via, passando em média pela praça de pedágio cerca de 140 mil veículos por dia. (\*) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$18.904 (capital circulante líquido negativo de R\$4.038 em 31 de dezembro de 2014), devido, principalmente, ao reconhecimento de dívida de debêntures e financiamento, respectivamente, no curto prazo junto ao banco Itaú nos montantes de R\$32.227 e R\$11.701, para execução de seus investimentos, sendo o principal reativização de obras de artes especiais da via.

A Administração, baseada nos orçamentos estima que o fluxo de caixa das operações será suficiente para cumprir com os compromissos de curto prazo. (\*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

**2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram aprovadas em 28 de março de 2015 pela Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

**a) Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

**2.1. Informação por segmento de negócio**

A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

**2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)**

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

**2.3. Reconhecimento de receita**

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

**a) Receita de serviços**

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

**b) Receitas de construção**

A Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado.

A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras, conforme determinado pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão.

**c) Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

**2.5. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor, e incluem os gastos incorridos para levar o itens a sua localização e condição de uso.

**2.6. Despesas antecipadas**

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

**2.7. Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**2.8. Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativo intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**2.9. Provisão para recuperação de ativos não financeiros**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a

unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**2.10. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.11. Tributação**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Demais receitas	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social.....	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.....	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%
Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza.....	ISS	2,00% a 5,00%	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**2.12. Benefícios aos empregados**

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

**2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

**2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

**Julgamentos**  
A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Participação nos lucros e resultado ("PLR")**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

**2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.16. Instrumentos financeiros**

**a) Reconhecimento inicial e mensuração**  
Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são os empréstimos e financiamentos.

**b) Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

**Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

**Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

**2.17. Custos de empréstimos e financiamentos**

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**2.18. Resultado por ação**

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

**2.19. A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, sendo os detalhes apresentados conforme abaixo:**

Alteração IAS 12	Imposto de Renda
Alteração IAS 07	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IFRS 9	Instrumentos Financeiros <sup>2</sup>
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes <sup>2</sup>
IFRS 16	Operações de Arrendamento Mercantil <sup>3</sup>

Modificações às IFRS 11/CPC 19 (R2)	Acordo Contratual Conjunto <sup>1</sup>
Modificações às IAS 1/CPG 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação <sup>1</sup>
Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis <sup>1</sup>

Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Agricultura: Plantas portadoras <sup>1</sup>
Modificações às IFRS 10/CPC 36 e IAS 28/CPC 18	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture <sup>1</sup>

Modificações às IFRS 10/CPC 36	Entidades de Investimento:
IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18	Aplicando a Exceção de Consolidação <sup>1</sup>
Modificações as IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014 <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2016, com adoção antecipada permitida.

<sup>2</sup> Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2018, com adoção antecipada permitida.

<sup>3</sup> Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2019, com adoção antecipada permitida.

**3. CONTRATO DE CONCESSÃO**

A Companhia detém contrato de operação e exploração da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. O contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994, concessão que foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio com base na variação do IPCA-"E". Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), estimada em R\$62.850, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se entendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, estimadas em R\$251.698, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente à melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição conectando os trechos da Rua Abolição.
- Construção de 2 viadutos em Bonsucesso, ligando as Av. Itaoca e Av. Democráticos às Av. Londres e Rua Aguiar Moreira.
- Viadutos de interseção nas Av. Américas e Av. Salvador Allende.
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho.
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha.
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha.
- Construção de pista na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno.
- Ampliação do viaduto de Manginhos e de seus acessos.
- Urbanização de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajuste da tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-"E" entre 2012 e 2015.

De acordo com o contrato de concessão, a tarifa é ajustada anualmente no 1º dia de cada ano. No dia 04 de janeiro de 2015 ocorreu o reajuste contratual da tarifa.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos.....	2.005	3.090
Certificado de depósitos bancários - CDB .....	4.159	2.434
Caixa e equivalentes de caixa .....	6.164	5.524

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 95% do CDI.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Taxa média	Inde-xador CDI/ IPCA/ SELIC	Venci-mento	31/12/2015	31/12/2014
Fundo de investimento CAIXA Mover.....	100,40%	nov/26(*)		3.370	5.693
Letras financeiras do tesouro.....				1.025	223
Certificados de Depósito Bancário - CDB.....				1.036	796
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional ....				84	53
Debêntures.....				1.225	4.621

(a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fazem parte deste fundo a INVEPAR, o METROBARRA,



a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔRIO"), a Linha Amarela S.A. ("LAMSA") e a Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN").  
(\*) Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

**6. CONTAS A RECEBER**

	31/12/2015	31/12/2014
Pedágio eletrônico(a).....	13.080	12.183
Vale pedágio.....	21	28
	<u>13.101</u>	<u>12.211</u>

(a) Receita de pedágio apurada pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas da via. Em 31 de dezembro de 2015 não havia valores vencidos no contas a receber da Companhia referentes a esta modalidade de cobrança, seu prazo médio de recebimento é de 40 dias.

**7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

**a) Impostos e contribuições a recolher**

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social.....	15.052	15.751
PIS e COFINS.....	986	928
Imposto sobre serviço – ISS.....	1.461	1.348
IRRF e CSRF.....	457	287
INSS retido de terceiros.....	207	192
Total.....	<u>18.163</u>	<u>18.506</u>

**b) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Natureza	31/12/2015	31/12/2014	Fundamento para realização
Provisão para riscos.....	184	172	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Provisões não dedutíveis temporárias.....	782	269	Expectativa de realização conforme pagamento.
Participação nos lucros e resultados..	730	1.021	Expectativa de realização conforme pagamento de participação nos lucros e resultados da CIA.
Variação cambial não realizada.....	(941)	-	Expectativa de realização conforme pagamento das Invoices
Outros.....	(116)	-	Expectativa de realização conforme amortização do Intangível.
Amortização de Direito de Concessão (*).....	(2.491)	(2.605)	Expectativa de realização conforme definido pela Lei 12.973/14, Inciso IV do artigo 69.
Margem de Construção (*).....	(2.635)	(2.754)	Expectativa de realização conforme definido pela Lei 12.973/14, Inciso IV do artigo 69.
	<u>(4.487)</u>	<u>(3.897)</u>	
Impostos diferidos - Ativo.....	1.696	1.462	
Impostos diferidos - Passivo.....	(6.183)	(5.359)	

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados

**Composição**

Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (Despesas)		
INVEPAR	Nota de débito (a)	13	-	1.198	-	-	(6.673)
INVEPAR	Dividendos	-	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito	41	-	-	-	-	-
PEX	Nota de débito	6	-	-	-	-	-
PEX	Contas a receber/ Contas a pagar (b)	4.674	-	51	-	-	-
LAMSAC	Nota de débito	464	-	-	-	-	-
METRÔRIO	Nota de débito	33	-	-	-	-	-
METRÔRIO	Debêntures (c)	12.848	133.828	-	16.615	-	-
	Total	<u>18.079</u>	<u>133.828</u>	<u>1.249</u>	<u>16.615</u>	<u>(6.673)</u>	

Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas (Despesas)		
INVEPAR	Nota de débito (a)	46	-	836	44	-	(8.151)
CART	Nota de débito	118	-	-	-	-	-
PEX	Nota de débito	41	-	-	148	-	-
PEX	Contas a receber/ Contas a pagar (b)	5.025	-	375	-	-	-
LAMSAC	Nota de débito	363	-	-	363	-	-
Via 040	Nota de débito	90	-	-	90	-	-
METRÔRIO	Nota de débito	33	-	-	33	-	-
METRÔRIO	Debêntures (c)	8.734	146.676	-	15.546	-	-
	Total	<u>14.450</u>	<u>146.676</u>	<u>1.211</u>	<u>16.180</u>	<u>(8.151)</u>	

(a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) O saldo de contas a receber é basicamente composto por R\$4.674 em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.025 em 31 de dezembro de 2014) junto à parte relacionada PEX S.A., empresa controlada pela Invepar. Tal saldo a receber se refere à cobrança automática de pedágios ("Passe Expresso"), em que o usuário tem passagem expressa na praça de pedágio, sendo o valor da tarifa, automaticamente, debitado a partir de um sistema pré-pago, sendo esse serviço prestado pela PEX S.A. O prazo médio de recebimento é de 40 dias e não há cobrança de taxa de administração pelo serviço prestado. O saldo do contas a pagar é composto por R\$51 em 31 de dezembro de 2015 (R\$375 em 31 de dezembro de 2014), referente à repasse de créditos de usuários.

**(c) Debêntures:**

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170 da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio, empresa controlada pela Invepar.

As Debêntures emitidas pela LAMSA farão jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de maio e novembro, e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme previsto contratualmente). O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão. O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027.

Descrição	31/12/2014	Juros amortizados	Juros incorridos	Transferência	31/12/2015
Ativo circulante					
Debêntures Lamsa x MetrôRio..	8.734	(7.494)	(17.855)	16.615	12.848
	8.734	(7.494)	(17.855)	16.615	12.848
Ativo não circulante					
Debêntures Lamsa x MetrôRio..	146.676	-	-	(12.848)	133.828
	146.676	-	-	(12.848)	133.828
Total debêntures.....	<u>155.410</u>	<u>(7.494)</u>	<u>(17.855)</u>	<u>16.615</u>	<u>146.676</u>

Descrição	31/12/2013	Juros amortizados	Juros incorridos	Transferência	31/12/2014
Ativo circulante					
Debêntures Lamsa x MetrôRio.....	1.226	(15.532)	15.546	7.494	8.734
	1.226	(15.532)	15.546	7.494	8.734
Ativo não circulante					
Debêntures Lamsa x MetrôRio.....	154.170	-	-	(7.494)	146.676
	154.170	-	-	(7.494)	146.676
Total de debêntures.....	<u>155.396</u>	<u>(15.532)</u>	<u>15.546</u>	<u>-</u>	<u>155.410</u>

**Remuneração da Administração**

A remuneração do pessoal chave do administrativo está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$1.034 em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.207 em 31 de dezembro de 2014).

Composição	31/12/2015	31/12/2014
Pró-labore.....	573	742
Encargos.....	153	148
Bônus.....	193	178
Outros benefícios de curto prazo.....	115	139
Total.....	<u>1.034</u>	<u>1.207</u>

Em 30 de abril de 2015, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.162.

**10. IMOBILIZADO**

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2015
Custo						
Etiquetas eletrônicas.....	20	274	-	-	-	274
Instalações.....	10	3.559	-	-	-	3.559
Máquinas e equipamentos.....	10	12.035	226	(114)	(27)	12.120
Móveis e utensílios.....	10	1.072	440	(237)	22	1.297
Veículos.....	20	4.961	80	(241)	-	4.800
Benfeitorias.....	4	3.608	1	-	-	3.609
Equipamentos de informática.....	20	3.835	512	(199)	54	4.202
Imobilizado em andamento.....		6.761	6.367	-	(49)	13.079
		<u>36.105</u>	<u>7.626</u>	<u>(791)</u>	<u>-</u>	<u>42.940</u>
Depreciação						
Etiquetas eletrônicas.....		(203)	(20)	-	-	(223)
Instalações.....		(2.630)	(214)	-	-	(2.844)
Máquinas e equipamentos.....		(4.977)	(1.103)	92	24	(5.964)
Móveis e utensílios.....		(670)	(76)	234	4	(508)
Veículos.....		(2.779)	(629)	155	-	(3.253)
Benfeitorias.....		(930)	(144)	-	-	(1.074)
Equipamentos de informática.....		(2.991)	(395)	194	(28)	(3.219)
		<u>(15.180)</u>	<u>(2.581)</u>	<u>675</u>	<u>-</u>	<u>(17.085)</u>
Imobilizado líquido.....		<u>20.925</u>	<u>5.045</u>	<u>(115)</u>	<u>-</u>	<u>25.855</u>

durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, são constituídos sobre a margem de construção e amortização do direito de concessão e são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$19 pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	31/12/2015
2016.....	1.530
2017.....	18
2018.....	18
2019.....	18
2020 a 2022.....	54
2023 a 2025.....	<u>58</u>
	<u>1.696</u>

**c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social.....	160.360	144.265
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação.....	(54.522)	(49.050)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período		
Adições permanentes.....	(474)	(808)
Exclusões permanentes.....	2.273	168
Outros.....	1.290	1.258
Total dos impostos no resultado.....	<u>(51.433)</u>	<u>(48.432)</u>
IR e CSLL correntes.....	(50.843)	(48.767)
IR e CSLL diferidos.....	(590)	335

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015.

**8. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/12/2015	31/12/2014
Civil.....	91	91
Tributário.....	2.799	2.630
Trabalhista.....	161	161
Total.....	<u>3.051</u>	<u>2.882</u>

Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco.

Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o valor depositado judicialmente será recuperado, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

**9. PARTES RELACIONADAS**

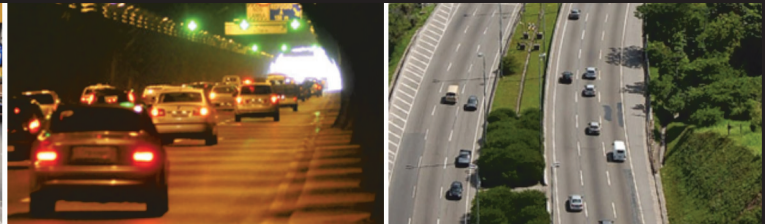
As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2014
Custo						
Etiquetas eletrônicas.....	20	274	-	-	-	274
Instalações.....	10	3.559	-	-	-	3.559
Máquinas e equipamentos.....	10	10.652	270	(1)	1.114	12.035
Móveis e utensílios.....	10	1.025	48	(1)	-	1.072
Veículos.....	20	4.913	525	(477)	-	4.961
Benfeitorias.....	4	3.281	318	-	9	3.608
Equipamentos de informática.....	20	3.656	169	(30)	40	3.835
Imobilizado em andamento.....		4.623	3.301	-	(1.163)	6.671
		<u>31.983</u>	<u>4.631</u>	<u>(509)</u>	<u>-</u>	<u>36.105</u>
Depreciação						
Etiquetas eletrônicas.....		(181)	(22)	-	-	(203)
Instalações.....		(2.179)	(451)	-	-	(2.630)
Máquinas e equipamentos.....		(3.909)	(1.070)	2	-	(4.977)
Móveis e utensílios.....		(591)	(80)	1	-	(670)
Veículos.....		(2.518)	(682)	421	-	(2.779)
Benfeitorias.....		(794)	(136)	-	-	(930)
Equipamentos de informática.....		(2.639)	(381)	29	-	(2.991)
		<u>(12.811)</u>	<u>(2.822)</u>	<u>453</u>	<u>-</u>	<u>(15.180)</u>
Imobilizado líquido.....		<u>19.172</u>	<u>1.809</u>	<u>(56)</u>	<u>-</u>	<u>20.925</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2013	Adições	Baixas	Transfe-rências	31/12/2014
Depreciação						
Etiquetas eletrônicas.....		(181)	(22)	-	-	(203)
Instalações.....		(2.179)	(451)	-	-	(2.630)
Máquinas e equipamentos.....		(3.909)	(1.070)	2	-	(4.977)
Móveis e utensílios.....		(591)	(80)	1	-	(670)
Veículos.....		(2.518)	(682)	421	-	(2.779)
Benfeitorias.....		(794)	(136)	-	-	(930)
Equipamentos de informática.....		(2.639)	(381)			



Linha Amarela S.A. - LAMSA  
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



Esses valores estão apresentados a seguir:

Instrumentos financeiros	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6.164	-	5.524	-
Aplicação financeira	3.370	-	5.693	-
Créditos a receber	-	13.101	-	12.211
Parte relacionada	-	5.231	-	5.716
Instrumentos financeiros derivativos	2.766	-	-	-
Total do ativo	12.289	18.332	11.217	17.927
Passivos				
Fornecedores	-	4.181	-	830
Parte relacionada	-	1.249	-	1.211
Empréstimos e financiamentos	-	56.266	-	-
Debêntures	-	367.923	-	389.987
Total do passivo	-	429.619	-	392.028

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado: • Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de hedge que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por hedge por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de hedge, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do hedge de modo a maximizar a eficácia do hedge. A Companhia mantém cobertura (hedge) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando swaps de moedas e contratos cambiais a termo.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI ativo (% ao ano)	13,88%	10,41%	6,94%
DI passivo (% ao ano)	13,88%	17,35%	20,82%
TR ativo (% ao ano)	1,96%	1,47%	0,98%
TR passivo (% ao ano)	1,96%	2,45%	2,94%
SELIC (% ao ano)	14,00%	10,50%	7,00%
IPCA (% ao ano)	7,99%	5,77%	3,85%
Taxa de Câmbio Passivo (R\$/US\$)	R\$4,50	R\$5,63	R\$6,75

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Operação	Risco	31/12/2015	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativo financeiro					
Equivalente de caixa	DI	4.159	577	433	289
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	1.025	144	108	72
Títulos públicos federais - NTN-B	IPCA	84	6	5	3
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	1.036	144	108	72
Debêntures	DI	1.225	170	128	85
Debêntures MetrôRio a receber	TR	146.676	2.875	2.156	1.437
Passivo financeiro					
Debêntures CEF	TR	367.923	7.211	9.014	10.817
SWAP - Itaú	DI	2.766	384	288	192
Empréstimos - Itaú	DI	56.266	7.865	9.832	11.798

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

g) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu, a Companhia possui empréstimos no exterior.

h) Derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui operações com característica de hedge.

Operação	Ativo/Passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	31/12/15	
							Valor	Curva diferencial
Swap	USD/CDI	Itaú	07/08/18	50.000	57.479	54.713	3.660	2.766
								Ativo circulante

23. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa.

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial		
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado financeiramente (Fornecedores)	2.164	182

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 24 de setembro de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro a Lei nº 5980/2015, que isenta de pagamento duplo de pedágio, nas vias públicas municipais, os condutores de veículos que transitarem no intervalo de duas horas. Veículos comerciais e táxis não se enquadram na nova lei.

25. EVENTO SUBSEQUENTE

A concessionária passou a cumprir a Lei nº 5980/2015, que isenta de pagamento duplo de pedágio desde a sua publicação até a suspensão da mesma através da liminar deferida em 22 de janeiro de 2016 nos autos do mandado de segurança nº 0010869-58.2016.8.19.0001. A Câmara Municipal interps recurso no qual foi dado efeito suspensivo a liminar, voltando a Lei a vigorar em 11 de fevereiro de 2016. Em 01 de março de 2016 foi concedida Tutela Antecipada nos autos da Ação Ordinária sob nº 0060848-86.2016.8.19.0001 interposta pela LAMSA, suspendendo os efeitos da Lei novamente. A Tutela se encontra em vigor até a presente data. Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. sob o amparo da Lei nº 4.131 no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início \$ 3,64 equivalente a R\$50.000.

Em 19 de agosto de 2015 a Companhia provisionou o montante de R\$53.183 referente a dividendos e R\$2.702 referente a juros sobre capital próprio, com base no resultado acumulado até 30 de junho de 2015. Nessa mesma data o montante de R\$35.388 dividendos foram pagos. No dia 03 de setembro de 2015 o montante de R\$15.000 dividendos foram pagos.

No dia 11 de setembro de 2015 o montante de R\$2.702 referente a juros sobre capital próprio e R\$2.795 referente a dividendos foram pagos. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 31 de dezembro de 2015, foi apurado como dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$27.232 (31 de dezembro de 2014 R\$23.958), como os dividendos e JSCP antecipado já superam esse montante, a Administração optou por destinar o restante do resultado para dividendo adicional proposto.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	108.927	95.832
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	27.232	23.958
Dividendos e JSCP intermediários antecipados	55.885	45.822
Dividendos adicionais a distribuir	25.810	26.052

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta de pedágio	298.366	285.003
Receita de construção	42.876	1.212
Impostos sobre serviços	(26.318)	(24.847)
Receita operacional líquida	315.104	261.368

17. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal e encargos	(33.341)	(28.090)
Conservação e manutenção	(15.791)	(15.524)
Comunicação, marketing e publicidade	(219)	(114)
Seguros e garantias	(1.833)	(1.639)
Serviços de terceiros	(5.114)	(4.668)
Veículos	(927)	(866)
Consultoria e assessoria	(1.019)	(996)
Aluguéis	(682)	(306)
Impostos e taxas	(1.054)	(427)
Energia elétrica	(3.255)	(1.958)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(1.833)	(2.400)
Serviços compartilhados	(6.673)	(8.151)
Depreciação e amortização	(6.805)	(21.802)
Custo de construção	(42.534)	(1.203)
Outros	(6.114)	(7.217)
	(127.194)	(95.361)
Custo de serviços prestados	(61.034)	(65.265)
Despesas gerais e administrativas	(23.473)	(29.064)
Outras receitas e despesas operacionais	(153)	171
Custo de construção	(42.534)	(1.203)
	(127.194)	(95.361)

	31/12/2015	31/12/2014
Descontos obtidos	36	23
Juros sobre aplicações financeiras	2.044	1.608
Operações de Hedge	2.766	-
Variação monetária ativa	209	179
Variação cambial ativa	1.760	-
Juros sobre debêntures	16.615	15.546
Total receitas financeiras	23.430	17.356
Comissões e despesas bancárias	(159)	(169)
Variações cambiais passivas	(7.696)	(12)
Juros passivos	(691)	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	(42.272)	(38.802)
Outros	(232)	(116)
Total despesas financeiras	(50.989)	(39.099)
Resultado financeiro líquido	27.550	(21.743)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2015	31/12/2014
Descontos obtidos	36	23
Juros sobre aplicações financeiras	2.044	1.608
Operações de Hedge	2.766	-
Variação monetária ativa	209	179
Variação cambial ativa	1.760	-
Juros sobre debêntures	16.615	15.546
Total receitas financeiras	23.430	17.356
Comissões e despesas bancárias	(159)	(169)
Variações cambiais passivas	(7.696)	(12)
Juros passivos	(691)	-
Juros sobre empréstimos e debêntures	(42.272)	(38.802)
Outros	(232)	(116)
Total despesas financeiras	(50.989)	(39.099)
Resultado financeiro líquido	27.550	(21.743)

19. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	36.305	72.622	108.927	31.941	63.891	95.832
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído por ações (em reais - R\$)	0,699	0,699	0,615	0,615	0,615	0,615

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui instrumentos diluidores.

20. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
Garantia	18.160	18/12/15 a 18/12/16	Austral
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/15 a 01/08/16	Allianz
Riscos operacionais	250.000	01/08/15 a 01/08/16	Bradesco
Automóvel frota	Tabela FIPE	29/09/15 a 29/09/16	BB

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Abaixo segue uma relação com os principais contratos vigentes, para os quais os valores dos respectivos serviços são contabilizados na medida em que são prestados:

Contratado	Serviço	Valor mensal	Data assinatura	Prazo vigência
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$170	10/11/2008	Indeterminado
Gap Rent a Car	Resgate com guinchos	R\$72	01/01/2013	04/03/2016
Arjo	Segurança	R\$106	31/03/2012	Indeterminado

A Companhia não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

William de Souza Maia  
Contador - CRC/RJ: 104673/O-2

Cláusulas restritivas	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
Empréstimo (Itaú BBA)	ICSD	DL/EBITDA	≥ 1,3	Anual
			≤ 2	Trimestral

13. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As debêntures farão jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetrôRio) e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de 15 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, foi utilizado para financiamento de até 90% dos Projetos do Fiador, previstos em seu Plano de Investimentos do Fiador. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao MetrôRio são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal e estão divulgados na nota 9.

Descrição	Principal amor-tizado		Juros amor-tizados*		Juros incor-ridos		Trans-ferência	
	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14	31/12/15
Passivo circulante								
Debêntures CEF	22.064	(18.798)	(44.800)	41.534	32.227	32.227	32.227	32.227
	22.064	(18.798)	(44.800)	41.534	32.227	32.227	32.227	32.227
Passivo não circulante								
Debêntures CEF	367.923	-	-	-	(32.227)	335.696	335.	



Linha Amarela S.A. - LAMSA  
CNPJ nº 00.974.211/0001-25



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Linha Amarela S.A. - LAMSA - [Rio de Janeiro - RJ](#)

Examinamos as demonstrações financeiras da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação

das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linha Amarela S.A. – LAMSA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

#### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para companhias fechadas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4